

A CRISE DO IMPÉRIO E A CHEGADA DA REPÚBLICA

META

Analisar a queda da Monarquia como desdobramento da ruptura entre o poder e as elites civis, militares e eclesiásticas.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

destacar a importância da abolição na proclamação da república;

relacionar a Guerra do Paraguai aos acontecimentos que culminaram na queda do Império;

analisar os fatos mais importantes acontecidos nos primeiros tempos da República.



Proclamação da República, tela de Benedito Calixto.
(Fonte: Bueno, 2002, pag.231).

INTRODUÇÃO

Caro aluno. A escravidão foi um importante fator de sustentação da Monarquia, conforme vimos em aulas anteriores. Por esse motivo, quando o governo sancionou a lei de libertação dos escravos o poder monárquico perdeu a base de apoio representada pelo segmento dos grandes proprietários. Some-se a isso o descontentamento dos militares com o governo que, iniciado após o fim da Guerra do Paraguai, só fez aumentar nos anos seguintes. Acrescente, ainda, a insatisfação dos religiosos com o poder constituído, a atuação de partidários dos ideais republicanos. Resultado: queda da Monarquia.

Para o estudo da instalação do governo republicano escolhemos, para leitura inicial, textos escritos pelos pesquisadores Mary Del Priore e Renato Venâncio. Sugerimos, no entanto, a leitura de outros textos, que podem ser os indicados nas referências ou outros aos quais você tenha acesso.

SURGE UM NOVO PODER

Uma expressão bastante conhecida a respeito da proclamação da República é aquela proferida por Aristides Lobo, dizendo que o povo assistiu à queda da monarquia “bestializado, atônito, sem conhecer o que significava”. Tal impressão foi registrada fora do país [...] Em outras palavras, o povo atordoado ou indiferente, assistiu à revolta dos militares. De fato, a mudança da forma de governo, ocorrida em 1889, foi uma surpresa, um evento até certo ponto misterioso para os que dele não participaram diretamente, ou seja, para os que não pertenciam ao seletivo grupo de conspiradores. Embora o Partido Republicano existisse desde 1870, sua difusão era bastante restrita e, em vez de ser um movimento revolucionário, sua opção política era a defesa de reformas que garantissem uma lenta passagem da forma de governo monárquica para a republicana. Pelo menos no que diz respeito a seu repentino aparecimento, o novo regime deveu mais ao descontentamento nos quartéis do que à propaganda republicana. Não por acaso, após a proclamação da República, foram necessários dez anos para que surgissem arranjos institucionais que garantissem certa estabilidade ao novo sistema político.

A animosidade dos militares em relação à monarquia tinha raízes profundas. A guerra do Paraguai acirrou ainda mais os ânimos, contribuindo para tornar pública a situação de abandono em que se encontrava o Exército brasileiro. O número de soldados alistados no ano do início do conflito é prova disso. Enquanto o Brasil, o mais rico e povoado participante da Tríplice Aliança, contava com míseros 18 mil praças, o Paraguai possuía uma força armada de 80 mil homens. Tal precariedade, na percepção da maioria dos militares, era planejada

pelos dirigentes do Império. Sempre que possível esses políticos procuravam reduzir os gastos do Ministério da Guerra, restringindo soldos e promoções. Além disso, era uma prática corrente transferir as tropas da corte ou das capitais provinciais para as zonas de fronteiras, o que era sentido como uma forma de degredo.

Vários historiadores já sublinharam que essa política de enfraquecimento do Exército não era simplesmente resultado de uma conspiração de civis. Segundo essa visão, o sistema escravista impunha pesadas limitações à formação das forças armadas modernas. A primeira razão disso consistia no fato de que, para ser realmente eficiente, o Exército dependia do desarmamento parcial ou total da sociedade. Ora, enquanto existiu escravidão no Brasil, desarmar a sociedade era literalmente impossível. Sem meios de autodefesa, os senhores ficariam à mercê da violência dos cativos. A existência desses últimos, por sua vez, também inviabilizava a formação de um Exército moderno pelo fato de não poderem ser considerados soldados confiáveis, pois não só desertavam na primeira oportunidade como também podiam – e a tentação não devia ser pequena – voltar as armas contra os próprios oficiais. A escravidão tinha ainda outra implicação negativa: boa parte da população de homens livres, possível de ser recrutada, encontrava-se imobilizada nas funções de capitães do mato e feitores, na vigilância e repressão aos escravos.

Em razão disso, foram sendo criadas condições favoráveis para que o Exército se tornasse não só um crítico da monarquia como também da sociedade que sustentava essa forma de governo. Em outras palavras, a situação era favorável para que os militares passassem a se considerar elementos externos à sociedade e prontos para reformá-la. Ora, tendo em vista que existia no Império um quadro propício a quarteladas, cabe perguntar por que a República demorou tanto a ser proclamada? Quanto a isso, a resposta é relativamente simples: além de fraco, o Exército brasileiro demorou muito tempo para apresentar coesão interna em torno da oposição à monarquia. É sempre bom lembrar que um segmento importante dos oficiais era cooptado pelo sistema monárquico. O melhor exemplo é o Duque de Caxias. Herói da Guerra do Paraguai e comandante-chefe das forças imperiais, Caxias também foi um hábil negociador junto às elites que lideravam os movimentos regionais da época regencial, assim como ocupou cargo no Conselho de Estado, sendo por mais de uma vez deputado, senador, ministro e governador de província. Outros importantes militares, como o general Osório e o visconde de Pelotas, tiveram trajetórias semelhantes, também se destacando como heróis militares e leais servidores de d. Pedro II no Ministério da Guerra e no Senado, sendo, por esse motivo, agraciados com títulos de nobreza. Presentes nos partidos Liberal e Conservador, tais militares desempenhavam um papel ambíguo: eles impediam tanto

o desmantelamento completo do Exército quanto inibiam levantes das tropas contra a monarquia.

Contudo, ao longo da segunda metade do século XIX, os militares aristocratas foram se tornando cada vez mais raros, gerando uma situação delicada, que poderia ter conseqüências explosivas no relacionamento entre Exército e monarquia. Os motivos disso estavam relacionados às mudanças ocorridas nas forças armadas. A mais importante delas dizia respeito à extinção do sistema tradicional de recrutamento.

De acordo com as formas de seleção do Exército, herdadas do período colonial, os jovens bem relacionados ou oriundos de classes elevadas podiam ocupar postos sem preparação prévia ou tempo de serviço. Os pobres, ao contrário, permaneciam na condição de praças até dar baixa ou morrer. A reforma implementada em 1850 rompeu com essa tradição, estabelecendo critérios de promoção baseados na antiguidade e no desempenho nas zonas de combate. Em certo sentido, essa mudança significou um dos primeiros passos rumo à profissionalização do Exército brasileiro.

A partir da nova lei, todos os que quisessem ocupar altas patentes deveriam começar em postos inferiores, sendo aos poucos promovidos. Tal exigência afastava os filhos das elites agrárias da carreira militar. Não é preciso muita imaginação para perceber a razão disso: as patentes baixas eram remuneradas com ínfimos soldos e vistas como indignas, destinadas àqueles que se ocupavam de tarefas manuais. A grande presença de negros e pardos nesses postos também afastava os jovens da elite, pois, paralelamente ao convívio com os egressos da senzala, eles deveriam enfrentar os oficiais que mantinham com as tropas uma relação não muito distante da de feitor-escravo, na qual o chicote era empregado como forma de punição, mesmo em caso de pequenas infrações. Os “bem-nascidos, dadas as circunstâncias, passaram assim a evitar a carreira militar. Daí, nas décadas que antecederam a queda da monarquia, a progressiva diminuição do número de oficiais aristocrática ou que tinham bom trânsito nesse meio.

A profissionalização do Exército também estimulou a ascensão de jovens de origem humilde. Outras reformas acentuaram essa tendência. Uma delas foi a criação de um curso preparatório para a Escola Central, que em 1858 sucedeu a Academia Real Militar, de 1810. A Escola Central era exigente no seu sistema de seleção, solicitando que seus candidatos fossem versados em matemática, história, geografia, gramática portuguesa, francês e latim. Com a criação do curso preparatório público, jovens de poucos recursos podiam ingressar nos cursos de engenharia da Escola Central. Criaram-se ainda outras vantagens. Os alunos recebiam uma pequena contribuição financeira e os que se destacavam intelectualmente ganhavam o suficiente para se sustentar independentemente da família. A Academia também criou

uma forma de promoção, além daquelas por tempo de serviço ou por atuação em zonas de combate, que decorria do grau de instrução dos cadetes.

Tal situação deu origem a uma elite que tinha por base o mérito. Outro efeito interessante das reformas foi a preocupação cada vez maior com o ensino científico. De fato, isso não era inteiramente novo, principalmente quando lembramos o papel desempenhado desde o período colonial, por engenheiros militares na construção de fortificações, estudos de balísticas e planejamento do espaço urbano. A novidade da segunda metade do século XIX foi a progressiva aplicação militar da ciência e a certeza, cada vez maior, de que seria um meio de transformação do mundo. Quanto a isso, uma vez mais cabe lembrar a importância da campanha do Paraguai. Em meio ao quadro calamitoso da guerra, destacou-se a eficiência dos engenheiros militares no uso de balões tripulados para identificação das tropas inimigas, na confecção de excelentes mapas e na rápida construção de trincheiras, pontes e estradas. O resultado prático dessa aplicação somou-se a um número cada vez maior de professores e alunos defensores da extensão, ao Brasil, dos avanços técnicos e científicos dos países europeus. Chegou-se até a propor a implantação de indústrias como uma forma de aprimorar a sociedade.

Entre esses militares, a ciência tinha ainda outra aplicação: servia de contraponto à formação literária dos bacharéis, que compunham a maior parte das fileiras dos políticos do Império. Contudo, a nova geração de oficiais não substituiu de uma hora para outra o grupo formado nas tradições aristocráticas. Além disso, paralelamente à liderança dos “científicos”, como era o caso de Benjamin Constant, continuaram a existir aqueles que, denominados “tarimbeiros” (uma alusão à tarimba, cama desconfortável em que dormem os soldados), que não tinham uma origem aristocrática, mas que apoiavam a monarquia, ou pelo menos o fizeram na maior parte do tempo.

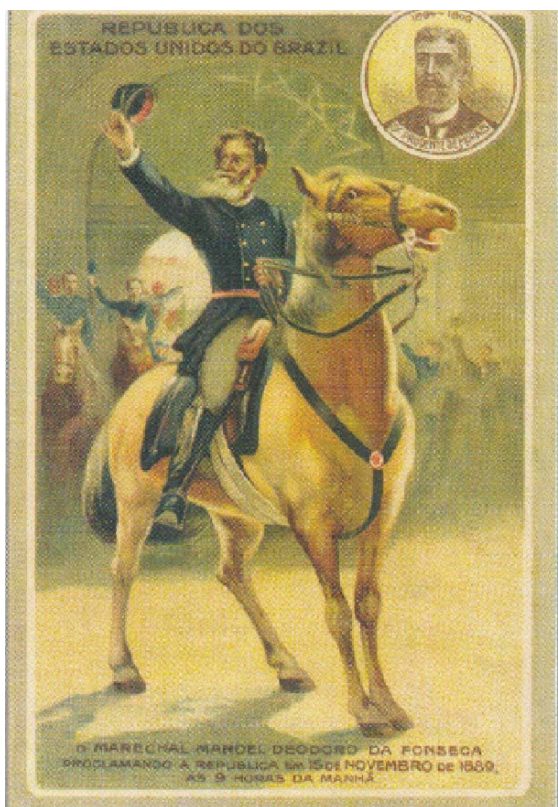
No interior do Exército havia, assim, diferentes grupos, uns mais, outros menos fiéis a d. Pedro II. A mudança registrada no período posterior à Guerra do Paraguai foi a do progressivo desaparecimento do grupo aristocrático, como no caso de Osório e Caxias que faleceram, respectivamente, em 1878 e 1880. A ausência dessas lideranças deixava a instituição militar sem quem pudesse defendê-la perante o imperador, e, ao mesmo tempo, viabilizava aproximação entre tarimbeiros e científicos.

Para esse dois grupos, as décadas de 1870 e 1880 foram de grandes angústias e decepções. Dada a grande importância desempenhada pelos voluntários da pátria, muitos dirigentes do Império começaram a pregar contra a manutenção de uma força militar profissional numerosa. O risco de implementação de uma nova política de “enfraquecimento” voltou a pairar no ar. Assim, a denominada questão militar, ou melhor, questões militares, que antecederam a

queda da monarquia, foram fruto não só de expectativas frustradas em relação aos salários e promoções ou da humilhação de oficiais obrigados a capturar escravos e a participar de violentas campanhas eleitorais, como também de uma atitude defensiva das forças armadas. O fortalecimento da Guarda Nacional na Corte, a transferência de comandos militares para províncias distantes, o drástico corte nos gastos do Ministério da Guerra, indicavam os riscos a que a instituição estava submetida.

A efervescência do movimento abolicionista, com seus “clubes” promovendo reuniões e manifestações, forneceu um modelo de organização que ia além dos quartéis e academias isoladas; a partir de 1887, nos clubes militares foi se formando um poderoso movimento de oposição à monarquia que [...] também estava sendo abandonada pelas elites agrárias”. (Priore e Venâncio, 2010, p. 197-202)

NASCE A REPÚBLICA



Nascimento da República

(Fonte: www.almanaquedacomunicacao.com)

Em novembro de 1889, as relações entre o Exército e o governo imperial estavam deterioradas. Falava-se muito a respeito da progressiva substituição dos batalhões da Corte pela Guarda Nacional e até que escravos fiéis à princesa Isabel atacariam quartéis onde houvesse militares simpáticos à causa republicana. No dia 14, novo boato: circula a notícia da detenção, por insubordinação, de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, então principais lideranças do Exército. Na manhã seguinte, os acontecimentos se precipitaram. Deodoro, apesar de estar se recuperando de uma doença, toma a iniciativa, decretando a prisão do visconde do Ouro Preto, chefe de Gabinete e presidente do Conselho de Estado; a agitação do Exército toma conta das ruas e é proclamado o fim da monarquia; dois dias mais tarde, a família real embarca para a Europa, rumo ao exílio.

O povo assiste a tudo isso “bestializado”. A quartelada de 15 de novembro foi uma surpresa; o movimento republicano, contudo, não era uma novidade. Durante o período colonial, várias revoltas, a começar pela Inconfidência Mineira, levantaram essa bandeira. Nas

regências, outro surto republicano varreu as províncias e só a muito custo acabou sendo debelado. Em fins do Império, o dado realmente novo não foi o republicanismo, mas sim o fato de esse movimento envolver agora a nata da elite econômica – os fazendeiros de café paulistas -, e também o de ser politicamente moderado e socialmente conservador.

Embora o 15 de Novembro tenha dado origem a alguns grupos

radicais, denominados jacobinos, eles constituíram uma pequena minoria e praticamente se restringiram à cidade do Rio de Janeiro. Em contrapartida, republicanos famosos, como Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, notabilizaram-se pela política conciliatória, defendendo, sempre que podiam, a idéia de que a nova forma de governo viria por meio de reformas constitucionais, e não pela força das armas, posição, aliás, acatada pelo Manifesto Republicano de 1870, texto que emitia críticas à monarquia, havendo inclusive passagens que reproduziam argumentos há muito compartilhadas até por membros do Partido Conservador.

Por esse motivo, costuma-se afirmar nos livros de história que a proclamação da República pegou quase todos de surpresa. No entanto, as condições para a implantação do novo governo eram propícias. Tanto é verdade que, após o golpe, a defesa do antigo regime foi pequena: ocorreu apenas um pequeno levante em São Luís, Maranhão. A maior parte dos monarquistas se restringiu a escrever artigos e livros detratando o governo militar. Um partido defendendo a causa só foi criado seis anos após o golpe. E uma tentativa de trazer a família imperial de volta – uma restauração –, na figura de um dos filhos das princesas Isabel ou Leopoldina, teve fraquíssima repercussão [...] Portanto, entre os grupos dominantes, raros foram aqueles que defenderam d. Pedro II; em contrapartida, desde o início da década de 1870 havia uma enorme quantidade dos que sistematicamente o criticavam.

Os militares, como vimos, tinham razões para estar descontentes: a política de enfraquecimento e de desmobilização das forças armadas significou para eles que de nada havia o sangue derramado na Guerra do Paraguai. A fragilidade do regime alimentava-se ainda de outras fontes. A Lei do Ventre Livre descontentou a massa de fazendeiros escravistas. A abolição sem indenização, cabe repetir, ampliou esse descontentamento, abalando, para sempre a confiança que a elite tinha no Império. Entre as elites regionais – principalmente aquelas do Centro-Sul, endinheiradas pelo café –, as queixas também se estendiam ao papel desempenhado pelo Poder Moderador, aos elevados impostos e à representação política desproporcional das províncias. Vejamos com mais vagar a razão de tanta reclamação.

Durante o Segundo Reinado, o governo imperial, a todo momento, interferiu na vida política, impedindo a perpetuação de uma mesma fração no poder. A prerrogativa, facultada pelo Poder Moderador, de interromper as legislaturas e convocar novas eleições, possibilitava isso, mas, por outro lado, tal mecanismo tinha um preço elevado: indispunha d. Pedro com os partidos. Não sem razão, a monarquia passou a ser vista como um obstáculo ao pleno domínio das oligarquias regionais. No Centro-Sul, essa queixa aliava-se a outra igualmente importante: apesar da superioridade populacional e econômica, a região mais rica do país possuía uma representação

inferior à do Norte e do Nordeste, daí inclusive a aprovação de leis emancipacionistas que tanto contrariavam os interesses dos fazendeiros da lavoura cafeeira.

A distribuição desigual de recursos fiscais era outra consequência desse desequilíbrio político. Nos anos 1880, época em que o Império subsidiou, a juros 50% mais baixos do que os cobrados pelo mercado, a criação dos engenhos centrais baianos e pernambucanos – empreendimentos quase do mesmo porte das usinas de nossa época –, foi também o período em que, para cada mil-réis de impostos pagos pelos paulistas ao governo central, apenas 150 réis voltavam como benefícios. A monarquia, dessa forma, foi se distanciando dos segmentos mais importantes das elites regionais, que passaram a defender cada vez mais a descentralização e o federalismo, aliás, principais bandeiras do movimento republicano nascido em 1870.

Como se não bastassem todas essas frentes oposicionistas, a inabilidade política dos monarquistas estendeu-se a outros campos, compreendendo até uma instituição que tinha de tudo para ser sua aliada: a igreja. No sentido de neutralizar a participação política dos padres – muito ativos nos movimentos separatistas posteriores à independência –, d. Pedro II promoveu bispos que se alinhavam à chamada corrente ultramontana. Tal segmento reunia correntes eclesiásticas que primavam pelo conservadorismo, pelo afastamento do clero das atividades partidárias e por uma defesa intransigente dos pontos de vista da Santa Sé [...]

Uma vez no poder, a nova elite eclesiástica implementou reformas semelhantes àquelas ocorridas no Exército. Em outras palavras, até meados do século XIX, padres que quisessem conseguir uma boa colocação, em paróquias que tivessem prestígio e fossem localizadas em cidades importantes, deveriam contar com o apoio das famílias dominantes, ou seja, deviam ser indicados pelos mandões da terra. Os bispos ultramontanos alteraram essa situação, transformando a ocupação de cargos públicos pelos padres em uma prerrogativa exclusivamente diocesana, mudança que levou a uma “profissionalização” do clero, selecionado, agora, segundo a formação moral, conhecimento e fidelidade à Igreja. De fato, não há como negar que essas reformas implicaram um retraimento da participação política do baixo clero. Em compensação, geraram uma legião de padres sisudos, conservadores até a medula e muito zelosos quanto a questões religiosas. Ora, dentre as diretrizes ultramontanas constava a intolerância a outros cultos, inclusive à maçonaria, animosidade que, deste caso, era ainda mais acentuada devido ao fato de os maçons, no Brasil, serem partidários do liberalismo e defensores do casamento civil e da liberdade religiosa.

Embora subordinado ao imperador pelo sistema de padroado o clero brasileiro da segunda metade do século XIX passou a pregar

abertamente contra os maçons, ameaçando inclusive ministros e políticos importantes, ligados à maçonaria, de excomunhão. Na década de 1870, os ânimos se acirraram, tendo ocorrido, sob acusação de insubordinação, prisões e condenações de bispos a quatro anos de trabalhos forçados, como foi o caso de frei Vital Maria e d. Macedo Costa. Apesar de não serem simpáticos à causa republicana, que também defendia o casamento civil, os membros da alta cúpula da Igreja tornaram-se críticos ferozes do governo de d. Pedro II. Por meio de sermões, do sacramento da confissão e, principalmente, da imprensa religiosa, padres e bispos irmanaram-se para expressar essas recriminações, enfraquecendo ainda mais o poder imperial.

Devido ao afastamento das elites civis, militares e eclesiásticas, o fim da monarquia nos anos 1880, se não era almejado, era pelo menos previsto. Paradoxalmente, esse tipo de regime, tido como elitista, tornou-se cada vez mais afastado das classes dominantes brasileiras, tendo como seus principais defensores os segmentos da camada popular. A abolição era a razão dessa repentina popularidade. Entre raros republicanos de origem humilde e negros, como no caso de José do Patrocínio, a medida chegou a levar a uma reconversão política. No meio da escravaria, o impacto foi ainda maior. Aos olhos de muitos libertos, o gesto paternal – ou melhor maternal – da princesa Isabel teve fortíssimo efeito. Alguns meses após o 13 de maio, vários deles engrossaram as fileiras da Guarda Negra, com o objetivo de defender o regime, provocando desordens em comícios de republicanos ou atacando-os fisicamente. Na Corte, a organização pró-monarquia chegou a contar com 1.500 filiados, conquistando também adeptos na Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais, onde consta ter havido paralisações de ex-escravos devido ao fato de antigos senhores, agora transformados em patrões, terem se filiado ao Partido Republicano. A Gazeta de Notícias, em sua edição de 7 de julho de 1888, registrou uma dessas ocorrências [...]

Aliás, não faltavam motivos para os libertos de 13 de Maio desconfiarem da agremiação política nascida em 1870. Líderes importantes do movimento republicano, como Assis Brasil, citando o exemplo dos primeiros cem anos dos Estados Unidos independentes viam compatibilidade entre republicanismo e escravidão. A posição oficial do partido não era muito diferente. A facção paulista, por exemplo, defendia que a escravidão não deveria acabar por decreto ou motivada por considerações éticas, mas sim pela lenta difusão do trabalho livre, que tornaria antieconômica a compra de cativos. Apesar de popular, a Guarda Negra, em razão da perseguição policial, desarticulou-se rapidamente, não sendo capaz de esboçar resistência à proclamação da República. Na realidade, o próprio governo monárquico inviabilizou que esse apoio alcançasse consistência. Durante o Império, o sistema eleitoral era restrito aos homens livres que tivessem um determinado nível de renda. Ora, como o reajuste do

que seria esse limite mínimo demorava para ser feito – ocorreu apenas em 1824 e 1846 -, a inflação, ao longo do tempo, acabava facultando o aumento progressivo do número de votantes. No início da década da abolição, cerca de 10% da população brasileira participava do sistema político. À primeira vista, esse índice pode parecer baixo, mas não era: em São Paulo, núcleo central do republicanismo, aproximadamente metade dos homens adultos – incluindo aí ex-escravos e analfabetos – era apta a votar.

Em 1881, porém, uma reforma eleitoral acoplou à renda mínima a exigência de o eleitor ser alfabetizado – critério, aliás, reafirmado pelo governo republicano nos seus primeiros cem anos de existência. O resultado imediato de tal mudança foi uma dramática diminuição do número de eleitores. Na época da proclamação da República, apenas 1% da população participava do sistema político, restrição elitista que inviabilizou, posteriormente, a via eleitoral como um possível recurso para a restauração do regime monárquico.

Por isso mesmo, é possível afirmar que, no processo de consolidação da nova ordem criada em 15 de novembro de 1889, bem mais importante do que a reação dos monarquistas e dos libertos, foram os conflitos que ocorreram no interior do movimento republicano. A começar pela divergência de perspectivas entre civis e militares. Enquanto os primeiros defendiam federalismo ou autonomia provincial, os últimos se mantiveram apegados à noção de regime centralizado, mais ainda, de ditadura republicana. Para compreendermos em que consistiria essa forma de governo, é necessário lembrar que os anos 1870, além do advento do republicanismo, foi acompanhado por uma renovação nos horizontes intelectuais brasileiros.

Conforme expressão de um intelectual da época, no “bando das novas idéias” que chegaram ao Brasil predominavam agora aquelas afinadas ao pensamento científico ou, pelo menos, com o que então se acreditava ser a ciência. O positivismo foi uma dessas correntes. Seus partidários previam o advento da “era positiva”, em que a sociedade – a começar pela política – funcionaria e seria regulada e controlada de maneira científica. O problema todo, porém, era que Auguste Comte, filósofo francês idealizador do positivismo, não via com bons olhos a democracia, o individualismo e o liberalismo, encarando-os como invenções metafísicas. Segundo esse autor, a sociedade moderna deveria ser gerida de maneira autoritária, por um conjunto de sábios voltados ao bem comum, daí inclusive o conhecido trecho de uma máxima positivista: “a ordem por base e o progresso por fim” – lema curiosamente incorporado à bandeira nacional republicana. Não por acaso, esse tipo de filosofia antidemocrática – resultado de extravagante mescla de admiração pelos avanços científicos do século XIX com fórmulas políticas inspiradas no absolutismo do Antigo Regime – conquistou adeptos entre militares brasileiros.

Assim, enquanto as formulações políticas de Deodoro da Fonseca

restringiam-se aos ataques moralistas aos bacharéis, que humilhavam ou ameaçavam a sobrevivência do Exército, um grupo de militares positivistas – minoritário e vinculado a Benjamin Constant – introduziu no debate político brasileiro a idéia da ditadura republicana. Tal perspectiva política fez sucesso, sendo também partilhada por aqueles que não seguiam os ensinamentos comtianos. Em 1891, cerca de um ano após sua eleição como primeiro presidente constitucional, o marechal Deodoro deu mostras disso, desrespeitando a Constituição e fechando o Congresso. Uma conspiração militar o forçou então a renunciar. Mas o vice-presidente, Floriano Peixoto, assumiu o poder acentuando ainda mais as tendências ditatoriais do regime. Além de não convocar novas eleições presidenciais conforme previa a Constituição, o Marechal de Ferro contrariou os interesses de diversos segmentos oligárquicos, nomeando interventores militares para os governos estaduais.

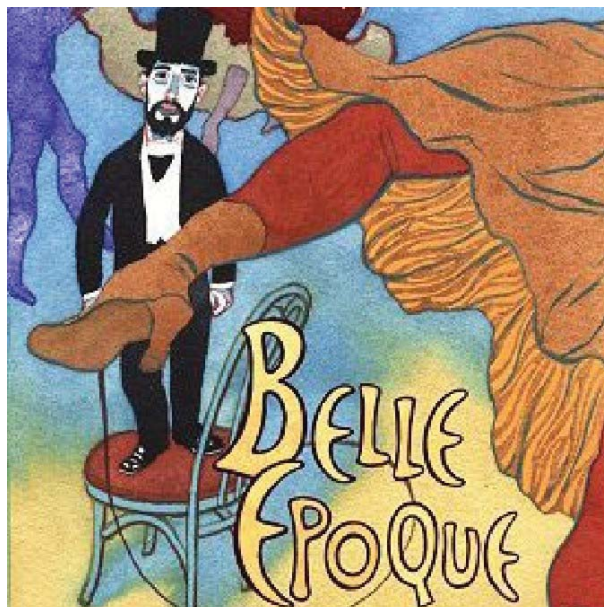
A reação não demorou a ocorrer. Devido ao fato de a Marinha ter mantido fortes tradições aristocráticas, esse segmento acabou por espelhar, no início da República, os descontentamentos de parte da elite civil. A Revolta da Armada, de 1893-94, foi expressão disso. Embora um de seus líderes, o almirante Saldanha da Gama, fosse monarquista assumido, tal movimento, longe de ser conspiração antirrepublicana, expressou muito mais o descontentamento diante dos rumos tomados pelo novo regime, sendo por isso apoiado por republicanos avessos ao militarismo, como Rui Barbosa.

Em 1893, ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro era bombardeado por navios da armada, ocorreu, no Sul, a Revolta Federalista, na qual os grupos dominantes locais se dividiram entre facções a favor ou contra Floriano Peixoto. Este, por sua vez, com o objetivo de conseguir recursos e milícias suplementares para os combates na capital, assim como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, aproximou-se de lideranças republicanas paulistas, abrindo caminho para a transição do poder para as mãos dos civis. Em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, foi dado o primeiro passo e, em 1889, com Campos Sales, a transição se consolidou. Inaugura-se então o que se convencionou denominar de política dos governadores, ou seja, o pleno domínio das oligarquias sobre a república brasileira. (Priore e Venâncio, 2010, p. 211-218)

UMA BELLE ÉPOQUE NÃO TÃO BELLE

Os anos posteriores à proclamação da República foram marcados por um turbilhão de mudanças. A europeização, antes restrita ao ambiente doméstico, transforma-se agora em objetivo [...] de políticas públicas. Tal qual na maior parte do mundo ocidental, cidades, prisões, escolas e hospitais brasileiros passam por um processo de mudança radical, em nome do controle e da aplicação de métodos científicos; crença

que também se relacionava com a certeza de que a humanidade teria entrado em uma nova etapa de desenvolvimento material marcada pelo progresso ilimitado.



Belle Époque. (Fonte: www.pontolit.com.br)

Por apresentar uma visão otimista do presente e do futuro, o final do século XIX e início do XX foram caracterizados – seguindo a moda européia – como sendo uma belle époque. Havia, contudo, uma face sombria nesse período. O início da República conviveu com crises econômicas, marcadas por inflação, desemprego e superprodução de café. Tal situação, aliada à concentração de terras e à ausência de um sistema escolar abrangente, fez que a maioria dos escravos recém-libertos passasse a viver em estado de quase completo abandono. Além dos sofrimentos da pobreza, tiveram de enfrentar uma série de preconceitos cristalizados em instituições e leis, feitas para estigmatizá-los como subcidadãos, elementos sem direito a voz na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é possível afirmar que a importação do ideário da belle époque esteve longe de ser ingênuo. A ciência européia da época, que passou a ser vista como critério definidor das sociedades civilizadas, era marcada por visões racistas, na qual os brancos ocupavam o primeiro lugar do desenvolvimento humano, e os negros, o último. Mas o que era o racismo naquela época? É no século XX, com o conde de Gobineau, autor de um Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, que a noção de raça, associada às características físicas e a um passado comum, ganhou força. Gobineau andou pelo Brasil a convite de d. Pedro II e, na mesma época, despontou uma disciplina encarregada de estudar o problema: a antropologia designava, então, a arte de avaliar a cor da pele, medir crânios e definir

raças. Um debate antigo agitava a área: a origem da espécie humana seria única ou múltipla?

No Brasil, tais concepções chegaram tarde. A simples introdução da categoria “cor” nos censos do Império gerou protestos, e apenas em fins do século é que os intelectuais brasileiros se interessaram pelo tema. E diante da questão da mistura étnica que marcou a nossa formação, o que fazer? Raimundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero, buscaram mapear as contribuições da raça negra à nossa formação. No entanto, muitos intelectuais inverteram as interpretações que previam a degeneração da raça como resultado da mestiçagem, apostando, ao contrário, que, graças à imigração européia, o branqueamento seria a solução. Se essas conclusões fortaleceram preconceitos num momento em que os últimos escravos estavam sendo libertados, elas não estabeleceram fronteiras raciais nítidas entre as pessoas, pois valorizavam a miscigenação como uma forma eficiente de convívio. Isso não evitou, contudo, a hierarquização das raças.

Asiáticos, e especialmente os chineses [...], também eram vistos como o fim da linha civilizatória, equiparando-se aos africanos. A idéia de substituir os segundos pelos primeiros, proposta pelo visconde de Mauá, por exemplo, foi violentamente recusada, sob a alegação de que eles teriam os piores vícios, além de ser “preguiçosos e desobedientes”.

Nesse contexto, a importação de idéias racistas tinha objetivos claros: após o 13 de Maio deixava de existir a instituição que definia quem era pobre e rico, preto e branco, na sociedade brasileira. O racismo emergia assim como uma forma de controle, uma maneira de definir os papéis sociais e de reenquadrar, após a abolição da escravidão, os segmentos da população não identificados à tradição européia. Registravam-se, contudo, significativas diferenciações no interior das teorias racistas importadas. Para uns, como os médicos higienistas, era possível remediar as debilidades de africanos e mestiços, ao passo que, para certas correntes, próximas ao darwinismo social, tal mudança era impossível de ser realizada. Dessa forma, enquanto o primeiro grupo propunha a difusão da educação, principalmente em escolas agrícolas, controle da saúde pública, vacinação em massa e reforma dos hábitos higiênicos, o segundo defendia a noção de “sobrevivência do mais forte”, chegando a ver na pobreza um elemento purificador da sociedade brasileira. Ela se encarregaria de eliminar os elementos tidos como inferiores, ou seja, os egressos do cativeiro que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho [...]

Com certeza, essa última postura nem sempre era expressa de forma tão cruel, mas sim de maneira fragmentada, sob a capa de liberalismo ortodoxo ou por intermédio de decisões políticas. Um exemplo foi o diminuto empenho das autoridades públicas da Primeira República diante da tuberculose, principal causa de morte entre os negros e mestiços nas mais importantes cidades brasileiras. Por outro lado,

os higienistas não eram isentos de racismo; a medicina legal, que surge no período, obcecada pela noção de raça, é um desses casos. A criminologia da belle époque rompe com a tradição jurídica inaugurada no século XVIII, que tinha como princípio a igualdade dos homens perante os delitos e as penas, considerando a partir de agora os delinqüentes quase como um gênero humano singular, uma manifestação de formas biológicas inferiores [...]

Tal perspectiva, de desconfiança contra mestiços e negros como criminosos em potencial, também levou à ampliação dos poderes da polícia e à edificação de penitenciárias públicas, muito mais atentas do que as instituições repressivas do Império aos crimes cometidos por descendentes de africanos. Nem as crianças escaparam ao preconceito. Assim, em fins do século XIX, quando as instituições de caridade brasileiras registravam um crescimento vertiginoso do abandono de meninos e meninas negras, temos também o início da mudança do status jurídico da infância carente. Se até então os meninos e as meninas sem família eram vistos como anjinhos a ser socorridos por instituições misericordiosas, eles passam a ser encarados como “menores abandonados”, membros mirins das “classes perigosas”, que deveriam ser isolados do convívio social, em asilos destinados a esse fim.

A política higienista da belle époque desdobrou-se ainda no espaço urbano. Após 1889, em diferentes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Fortaleza, foi dado início ao que ficou conhecido como a era do “bota-abaixo”. O espaço urbano colonial, fruto de uma experiência secular de adaptação da arquitetura portuguesa aos trópicos, cede lugar a projetos de reurbanização, orientados pela abertura de largas avenidas e pela imitação de prédios europeus, decisão levada a cabo pelos poderes públicos e que implicava desalojar milhares de famílias pobres – a maior parte dela de negros e mulatos -, expulsando-as de áreas centrais, onde estavam os cortiços, para locais de difícil edificação. Dessa maneira, a mesma cidade que se embelezava era também aquela que inventava a favela, termo que nasce na mesma época, aliás, concomitante com a expressão pivette (erva daninha) – designação em francês, a língua da moda, para criança de rua. O racismo dos tempos iniciais da República voltou-se também ao combate de tradições culturais. A capoeira e as várias formas de religiosidade africana tornam-se, segundo o Código Penal de 1890, práticas criminosas, enquanto a culinária dos antigos escravos sofre severa condenação médica. Nem as festas escapam do furor antiafricano. Em pleno Salvador, os batuques, afoxés e candomblés são colocados na ilegalidade. Enquanto isso, em diversas outras cidades, o entrudo, comemoração pública na qual os negros participavam como coadjuvantes, nas festas de Momo ou na condição de alvo das brincadeiras com água de cheiro, começa a perder adeptos

entre a elite, que passa a freqüentar carnavais em bailes de salão, com serpentina e confete, à moda veneziana.

Como seria de esperar, essas várias formas de intervenção no mundo tradicional da população negra e mestiça deram origem a tipos variados de reações. Algumas delas podiam assumir formas não violentas, como a reação diante da proibição das festas negras. Embora as mudanças promovidas pela elite tivessem por objetivo “desafricanizar” o carnaval, tais medidas acabaram – pelo menos em algumas cidades brasileiras – sendo assimiladas pelas camadas populares [...]

No esporte é possível identificar outro exemplo dessa incorporação popular de inovações elitistas. Importado como um lazer fino e aristocrático, o futebol acabou assimilando o gingado da capoeira e do samba, dando origem a um estilo [...] que permitiu aos grupos populares vinculados às tradições africanas se sobressaírem.

O cinema também contou com a adesão espontânea, servindo de poderoso aliado na difusão de costumes estrangeiros, como a substituição, nos rituais amorosos, dos tradicionais beliscões portugueses pelos beijos. Salas destinadas ao cinematógrafo lumière foram primeiramente inauguradas no Rio de Janeiro [...] A novidade não demora a conquistar público e, ainda em 1897, projeções de películas são registradas em outras cidades brasileiras, associando-se eventualmente a circos e grupos de teatro. No entanto, nem todas as transformações ocorridas na belle époque foram assimiladas ou aceitas com tranqüilidade. Tanto nas cidades quanto no meio rural, as intervenções do poder governamental deram origem a importantes levantes coletivos [...] Assim, em 1871, antes da proclamação da República, mas já no clima de europeização que reinava então, teve início na capital do Império uma dessas insurreições. O motivo, aparentemente, era surpreendente: a população carioca voltava-se contra a adoção do novo sistema métrico, inspirado, como seria de esperar, no modelo francês, baseado em medidas lineares de volume e peso. Tal movimento ficou conhecido pelo revelador nome de Quebra-Quilos, estendendo-se, em 1874, pelo interior nordestino, atingindo Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Pode parecer estranho que a substituição oficial de medidas lineares, como côvado ou jarda, pelo metro, ou de medidas de peso tais como onça ou libra, por quilo, tenha revoltado tanta gente. No entanto, é preciso ter em mente que essa determinação legal, além de ocorrer no auge da “questão religiosa” e de sugerir a preparação do terreno para a introdução de novos impostos, rompia de uma hora para outra com tradições culturais de vários séculos na forma de organizar o mundo das camadas populares. Por isso, o levante denominado Quebra-Quilos pode ser considerado uma revolta social contra a pobreza e uma manifestação contra a europeização forçada. Tanto foi assim que, além de atacarem ricos comerciantes e fazendeiros e queimarem a documentação de cartórios e câmaras, os revoltosos nunca deixaram

de destruir, nas feiras e nos estabelecimentos por onde passavam, os novos pesos e medidas impostos pelo governo imperial.

Bem mais conhecida e com efeitos mais profundos foi a revolta de Canudos. Seu líder, Antônio Conselheiro, desde os anos 1870 pregava pelo sertão nordestino. Em 1893, em uma velha fazenda arruinada no interior baiano, Conselheiro abandona a vida errante e cria a comunidade de belo Monte, onde chegou a reunir 25 mil seguidores. Quem o acompanhava era gente pobre do sertão, prostitutas e criminosos arrependidos, assim como muitos ex-escravos que não conseguiram se inserir na sociedade baiana pós-abolição. No mesmo ano em que é fundada a comunidade de Canudos tem início um conflito entre Antônio Conselheiro e os poderes republicanos. Os desentendimentos decorriam da criação de impostos municipais, autorizados pelo novo regime. Rapidamente a condenação a essa medida estende-se a outras, como a separação entre Igreja e Estado e a instituição do casamento civil, em contraposição ao modelo tradicional do matrimônio religioso. Dessa maneira, os conflitos evoluem para um confronto entre o mundo tradicional do sertão e a República.

No Rio de Janeiro da mesma época, cabe lembrar, o novo regime lutava contra a Revolta da Armada e organizava expedições para combater os federalistas do Sul. Embora a maior parte dos envolvidos nesses movimentos expressasse mais descontentamento ante os rumos tomados pelos republicanos do que simpatias monárquicas, eles, em razão da insegurança do governo de então, foram acusados de ser restauradores. Por razões fáceis de compreender, tal acusação foi estendida aos conselheiristas. Professando um vago saudosismo monárquico, bem diferente do laico e intelectualizado das elites, e esperançoso do mítico retorno de d. Sebastião – rei português renascentista que desapareceu combatendo os mouros –, Antônio Conselheiro deu margem para ser acusado de conspiração e de ser, no sertão, o braço armado dos monarquistas. Por isso, a comunidade de Belo Monte tornou-se alvo de uma implacável perseguição, conseguindo resistir a várias campanhas militares até, finalmente, em 1897, ser derrotada e massacrada [...]

Nem mesmo para quem estava escondido no meio do mato a belle époque deixou boas lembranças. Na Amazônia, observa-se, ao longo do século XIX, o renascimento da escravidão indígena, enquanto nas áreas do Centro-Sul, a ampliação das estradas de ferro possibilitou a incorporação de terras afastadas do litoral à agricultura de exportação. No estado de São Paulo, em razão da expansão da fronteira oeste, registram-se, nas proximidades de Bauru, sucessivos massacres dos caingangues, o mesmo ocorrendo em Santa Catarina, onde os xokleng entram em processo acelerado de extinção; fenômeno que estava longe de representar casos isolados e que levou, nas primeiras décadas do século XX, à quase extinção das populações indígenas brasileiras. (Priore e Venâncio, 2010, p. 219-227)

CONCLUSÃO

Desde 1870, a monarquia começou a enfrentar problemas com os segmentos da elite que lhe davam sustentação. Começou com a elite militar que, descontente com o imperador por motivos relacionados à guerra do Paraguai, só aumentou sua insatisfação com o governo nos anos seguintes ao fim do conflito. Quando, além dos militares, a insatisfação alcançou parcelas significativas da elite religiosa e da elite civil, a monarquia caiu e foi substituída pela República.

RESUMO

No seu estudo sobre o novo poder instalado no país em 15 de novembro de 1889, Mary Del Priore e Renato Venâncio analisam os motivos do descontentamento de importantes membros da elite civil, militar e eclesiástica com o governo imperial. A abolição do trabalho escravo, a falta de atenção e de interesse que incomodavam os militares desde a Guerra do Paraguai e algumas iniciativas governamentais contrárias ao clero estão entre os motivos que levaram ao descontentamento. Mas eles destacam outros que a eles se somaram. É a partir da análise desses e de outros fatos que os pesquisadores concluem pela falta de surpresa, ou imediatismo, do ato de derrubada da monarquia. Para completar esse estudo panorâmico sobre o século XIX, vimos também alguns dos acontecimentos que fizeram com que os primeiros tempos da República não fossem, assim, uma tão belle époque.



ATIVIDADES

1. Destaque os pontos mais importantes do texto Nasce uma República.
2. Escreva um pequeno texto dizendo como entendeu o texto que trata da Belle Époque.



REFERÊNCIAS

- COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Editora Ciencia Humanas Ltda, 1979.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil** - 9 ed.- Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico**. V. 5. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. Tomo II.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. **Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1807**.